

Dia da Aceitação Universal Uruguai - 26 de maio de 2025

UNESCO – Recomendação 2003

Marcello Lucas Figueredo – Comissão Nacional do Uruguai para a UNESCO

Bom dia a todos. Primeiramente, gostaria de cumprimentá-los e trazer saudações do Escritório Regional da UNESCO em Montevidéu. A UNESCO está neste país há mais de 75 anos. Quero parabenizar a ICANN e a ISOC pela iniciativa, pela excelente participação que tenho o prazer de ver e parabenizá-los mais uma vez por colocar o Uruguai no mapa desta celebração global.

Vou roubar alguns minutos seus. Serei breve, na verdade, porque a única missão que tenho aqui hoje — vocês são os especialistas — é renovar o compromisso da UNESCO com esta causa. A UNESCO e a ICANN são parceiras, somos colegas nisso, ou seja, reforçando a ideia de que elas não estão sozinhas nessa batalha. Como bem disse o palestrante que falou antes de mim, tudo isso é uma construção que

leva tempo e envolve o acúmulo positivo de todas as pessoas que trabalham neste país. Obrigado.

Nessas coisas. Quero colocar isso em um contexto teórico, sem entediá-los, mas para dar sentido ao que está acontecendo no mundo e como a UNESCO tem visto o que vem acontecendo no mundo há muito tempo. E quando digo muito tempo, não estou exagerando, porque a recomendação da UNESCO sobre a promoção e o uso do multilinguismo e do acesso universal ao ciberespaço — um nome longo para uma recomendação — é por isso que preciso deste livro de memórias, de 2023, 2003, desculpe, isto é, um pouco mais de 20 anos atrás.

Essa recomendação de 2003 começa evocando o Artigo 1 da Constituição da UNESCO , que celebra seu 80º aniversário este ano. Isso serve como um lembrete útil de quão antigos alguns problemas são e como estamos dando novos nomes a dilemas antigos. Oitenta anos atrás, no Artigo 1, a UNESCO recomendou que todos os seus estados-membros, incluindo o Uruguai, é claro, aderissem a todos os acordos internacionais que contribuíssem para facilitar a livre circulação do pensamento por meio de ideias e imagens. Já falávamos sobre isso há 80 anos.

A recomendação de 2003 afirma imediatamente que as novas tecnologias de informação e comunicação, que hoje parecem indiscutíveis, oferecem uma melhoria e um aumento na livre circulação de ideias, palavras e imagens. Mas, ao mesmo tempo, e como hoje parece indiscutível, eles colocam o enorme desafio de garantir o acesso a esse fabuloso banquete universal para o maior número possível de pessoas. E isso acontece ao longo dos anos e continua sendo muito difícil.

Esta participação neste fabuloso banquete da livre circulação de ideias está comprometida por dificuldades e discriminações de ordem socioeconómica, geográfica, cultural e de literacia digital, que é seguramente um dos aspetos que mais vos interessa. E dito isto, o que enquadra a questão nas suas antigas origens, a recomendação de 2003 avança com algumas sugestões concretas, com alguns capítulos específicos que dão nome à recomendação.

A primeira é desenvolver conteúdos e sistemas multilíngues que também incluam acesso às línguas indígenas. De acordo com dados muito recentes de 2023, pelo menos 15% da população mundial está excluída dessa troca de ideias online devido a barreiras linguísticas. Somente devido às barreiras linguísticas, 15% da população mundial fica de fora deste banquete.

Em março deste ano, não mais, o presidente da ONU, o presidente da ONU, o presidente da ONU, em março de 2025, quando a UNESCO e a ICANN renovaram um acordo em Paris, a diretora-geral da UNESCO , Audrey Azoulay, lembrou outra figura que vale muito a pena rever hoje. Apenas 400 dos quase 7.000 idiomas falados no mundo são totalmente gratuitos para acesso na Internet. Apenas 400 de quase 7000.

O segundo capítulo desta recomendação aborda a facilitação do acesso às redes e serviços sociais. Outra coisa que é fácil de dizer, mas muito mais difícil de conseguir. O acesso universal à Internet, diz a recomendação da UNESCO , é uma forma de promover o exercício dos direitos humanos, tal como entendidos na famosa Declaração dos Direitos Humanos da ONU, que todos citamos e nem sempre respeitamos integralmente.

O acesso universal à Internet também garante maior e melhor qualidade de vida aos cidadãos. Um maior e melhor exercício de cidadania. Mas que tipo de cidadania devemos questionar? Também a dos países desenvolvidos? Também a das áreas rurais? E também a de tantas pessoas que, apesar de serem cidadãs, ficam de fora desse acesso?

Depois das declarações de princípios, há um ponto prático que tem a ver com todos esses problemas: nunca devemos esquecer o aspecto econômico dessas questões. Não adianta garantir acesso gratuito a tudo isso se as taxas não forem acessíveis. Os Estados-membros devem comprometer-se a garantir tarifas acessíveis, principalmente para comunidades educacionais, instituições de serviço público e as comunidades mais desfavorecidas, como aquelas onde pessoas com deficiência trabalham ou estudam.

Há outra importância prática e material, não relacionada apenas a uma declaração de princípios, em trazer e garantir a disponibilidade de consultores e especialistas locais em tecnologia da informação e conhecimento para essas comunidades. Pessoas como nós, que participamos regularmente de veículos de comunicação muito privilegiados como este, que lidam com questões em que a tecnologia está em jogo, vivenciamos as dificuldades que isso acarreta dia após dia. Imagine as dificuldades que, para usar um exemplo uruguaio, um professor de uma escola rural com acesso total pode enfrentar. Para que tudo isso se torne uma prática real.

O terceiro e último capítulo desta recomendação é desenvolver conteúdos de domínio público que, respeitando questões básicas como a privacidade das

pessoas, tão criticamente contestada hoje em dia, e os direitos autorais, que também devem ser respeitados, garantam o livre acesso aos arquivos públicos da administração pública. Também é algo que está claramente escrito no papel e às vezes não é cumprido. Temos o direito de acessar livremente os arquivos de domínio público da administração pública.

E aqui vem a questão econômica novamente. Nem todos os serviços públicos em todos os países, em todos os Estados-Membros, têm capacidade, por exemplo, para digitalizar os seus arquivos e disponibilizá-los online. A UNESCO faz um trabalho extraordinário lá com seu outro programa, o programa Memória do Mundo. Quando você tiver tempo e quiser ver, dê uma olhada. Contribui de várias maneiras para a capacidade dos Estados-Membros de manter seus arquivos públicos em boas condições, digitalizá-los e disponibilizá-los ao público.

Também é importante que todos esses objetivos não sofram discriminação geográfica, econômica, social ou cultural. E, finalmente, entenda que a alfabetização eletrônica não é o capital humano da sociedade da informação. E quando mencionamos essas questões, sempre vejo um paralelo com o que está acontecendo hoje com a inteligência artificial.

A capacidade técnica não pode ser dissociada do treinamento com princípios éticos. Hoje em dia, muitas pessoas ficam deslumbradas com o uso instrumental da inteligência artificial. E todos nós corremos para ver qual chat funciona melhor, a qual podemos fazer as melhores perguntas e a qual podemos oferecer as melhores respostas. Mas se esquecermos o exercício crítico desse uso, se esquecermos a formação ética, os aspectos éticos que o uso, por exemplo, da inteligência artificial contempla, estamos deixando de lado um problema muito importante.

Concluirei citando o que disse o vice-diretor-geral de Comunicação e Informação da UNESCO , a autoridade máxima da organização nessas questões, Tawfik Jelassi , o que é muito útil para dar um conceito ao que estamos tentando definir, que é o uso instrumental da inteligência artificial. E, por fim, darei um exemplo de um aspecto que não é apenas um problema técnico, mas também um problema ético.

A aceitação universal, diz a UNESCO, é a pedra angular de uma internet verdadeiramente global e inclusiva. Adotar a aceitação universal não é apenas uma necessidade técnica, mas um firme compromisso de afirmar a inclusão cultural no espaço digital. É nisso que estamos trabalhando na UNESCO, com essa

recomendação que remonta a 2003, e somos parceiros da ICANN e do capítulo uruguaio, então estamos juntos nessa batalha. Obrigado.